

# ANÁLISE DOS DETERMINANTES DA SUCESSÃO EM ASSENTAMENTO RURAL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

## Analysis of Determining Factors of the Succession in Rural Settlement in the State of Mato Grosso do Sul

### RESUMO

O futuro das atividades nas unidades de produção agrícola passa pela sucessão, porém a falta de estrutura, as dificuldades de acesso às políticas voltadas à agricultura familiar, as dificuldades financeiras e a baixa escolaridade dos agricultores são fatores que contribuem para a saída dos jovens do meio rural em busca de trabalho na cidade, o que dificulta a sucessão. Este trabalho teve por objetivo analisar a sucessão no Assentamento Capão Bonito I, em Sidrolândia (MS). Utilizou-se o modelo econométrico de escolha qualitativa, Multinomial Logit (MNL), entrevistando 45 assentados no período de agosto a setembro de 2012. As variáveis transmissão do patrimônio, tempo no meio rural do assentado, se o assentado possui financiamento, se algum filho tem posse de lote e a renda do assentado são as principais determinantes da sucessão no assentamento pesquisado. Foram confirmadas as hipóteses de que quanto menor a renda agrícola, mais se agrava o processo de sucessão, e de que quanto maior o tempo no meio rural, maior será a escolha pela sucessão, no entanto, rejeitou-se a hipótese de que quanto maior o nível educacional, menor a escolha pela sucessão. Como principais limitações estão o receio dos assentados em colaborar com a pesquisa e também as dificuldades estruturais do assentamento.

Dejanira Facioni  
Fatec Jales e UNEJALIS  
dejafac@hotmail.com

Matheus Wemerson Gomes Pereira  
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul  
matheuswgp@yahoo.com.br

Recebido em 22 04 2014. Aprovado em 07 01 2015.  
Avaliado pelo sistema blind review  
Avaliador científico Daniel Carvalho de Rezende

### ABSTRACT

Future activities on farms pass through succession. However, the lack of structure, access difficulties to policies related to family farming, financing difficulties, and poor growers schooling, are factors which contribute to the departure of young people from the countryside to the city, looking for work opportunities and making the succession difficult. The purpose of this study was to analyse the succession at the Capão Bonito I settlement in Sidrolândia, State of Mato Grosso do Sul, Brazil. We used the econometric model of qualitative choice called Multinomial Logit to interview 45 settled people from the month of August to September 2012. The following settlement parameters were estimated: patrimony transfer, duration of the settlement process, financing, land strip possession, and the settled income. The hypotheses of that the succession process becomes worse as low is the farming yield, and of that the choose of succession is greater as longer is the staying time in the countryside, were confirmed. However, the hypothesis of that the succession choosing is lesser as greater is the schooling level was rejected. Therefore, the main limitations are the settled fear in collaborating in the research, as well as structural concerns of the settlement process.

**Palavras-chave:** Sucessão, agricultura familiar, multinomial Logit.

**Keywords:** Succession, family farming, multinomial Logit.

## 1 INTRODUÇÃO

O futuro das atividades nas unidades de produção agrícola passa pela sucessão, na medida em que a passagem da gestão desses estabelecimentos de geração em geração interfere na produção de alimentos tanto para a população do meio rural quanto para a população urbana. Devem-se considerar, no entanto, as particularidades da vida em assentamentos rurais que difere do modo de vida dos indivíduos na agricultura tradicional, pois são formas de organização distintas.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2009), a agricultura familiar fornece

boa parte dos alimentos que compõem a cesta básica dos brasileiros. A agricultura familiar representou, segundo censo de 2006, 38% do valor total da produção agrícola brasileira.

A falta de estrutura, as dificuldades de acesso às políticas voltadas à agricultura familiar, as dificuldades financeiras e a baixa escolaridade dos agricultores são fatores que contribuem para a saída dos jovens do meio rural em busca de trabalho na cidade (COSTA JÚNIOR, 2007).

Conforme Mello et al. (2003), o processo sucessório está articulado à figura paterna, este determina o

momento e a maneira como será transferida a gestão do estabelecimento para a próxima geração. Neste contexto, surge a problemática da efetividade da sucessão nos empreendimentos rurais.

Percebe-se que a juventude rural tem saído do campo em busca de oportunidades no meio urbano – fator que interfere diretamente na sucessão devido à ausência de sucessores nas atividades e/ou na gestão dos empreendimentos rurais. Os jovens residentes no meio rural são muito importantes na continuidade ou não dos trabalhos dos pais nas atividades agrícolas.

No tocante a isso, Costa e Ralisch (2013), em seu estudo, verificaram que a maioria dos jovens quer continuar vivendo no assentamento, porém como a renda obtida na propriedade é limitada, muitos deles necessitam abandonar o assentamento em busca de sua independência financeira.

A importância de se analisar a sucessão em assentamentos rurais reside no fato de que a continuidade ou não dos filhos no campo pode modificar as estruturas locais de produção e organização das atividades produtivas, já que o futuro do empreendimento rural depende desses jovens. No tocante a isso, Carvalho (2007) cita que o agricultor tem raízes no meio rural e dificilmente assumiria essa função se não tivesse passado pela vivência familiar adquirida nesse meio. Assim, a maior parte dos indivíduos que continua as atividades rurais são os filhos dos agricultores.

Para o presente trabalho, tem-se o seguinte questionamento: quais fatores influenciam a permanência ou a saída dos jovens do campo e como isso interfere na existência ou não da sucessão em assentamentos rurais? São três, as hipóteses que norteiam este trabalho: quanto menor a renda agrícola, mais se agrava o processo de sucessão familiar no campo; quanto maior o tempo no meio rural, maior será a escolha pela sucessão familiar no campo; e quanto maior o nível educacional do jovem, menor a escolha pela sucessão familiar rural.

O objetivo deste trabalho centra-se na análise dos determinantes da sucessão no assentamento Capão Bonito I, localizado em Sidrolândia (MS). Para tanto, identifica-se a intenção de sucessão no assentamento Capão Bonito I, e por meio do modelo Multinomial Logit (MNL) verificam-se os determinantes do processo de sucessão naquele assentamento.

O presente trabalho contribui para o tema por analisar quantitativamente os principais determinantes da sucessão em assentamento rural, além disso, por tratar a questão da sucessão no estado de Mato Grosso do Sul,

uma vez que há poucos trabalhos sobre esse tema nesta unidade da federação, que tem sua economia altamente dependente da agropecuária. A exemplo disso, cita-se Dotto (2011), que estudou os fatores que influenciam a permanência dos jovens filhos de agricultores familiares nos assentamentos rurais daquele Estado.

Este artigo está organizado em cinco seções além desta introdução. Na segunda seção, apresenta-se a revisão bibliográfica. Na terceira, têm-se os procedimentos metodológicos adotados. Na quarta seção, são informados os resultados e as discussões e por fim, na quinta seção, apresentam-se as considerações finais deste trabalho.

## **2 SUCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR E EM ASSENTAMENTOS RURAIS**

### **2.1 Sucessão e a Evasão dos Jovens do Meio Rural**

A agricultura familiar é caracterizada pelo exercício da atividade no interior da família que passa de geração para geração (ABRAMOVAY et al., 1998). Os agricultores são responsáveis pela viabilização econômica e a reprodução de sua unidade familiar com o objetivo de manter o patrimônio (SCHWARTZ; SALAMONI, 2009). Para Burton e Walford (2005), é importante que a sucessão seja planejada, assim há mais chances de a propriedade rural se revigorar quando da transferência da gestão.

Os autores que discursam sobre sucessão na agricultura familiar abordam, geralmente, as perspectivas dos jovens de permanecerem ou saírem da propriedade rural. Ahlert (2009) destaca que a população rural no Brasil encontra-se em processo de envelhecimento, e que boa parte da renda do campo provém de aposentadoria. Os jovens estão desmotivados a continuarem no meio rural, ficando nas propriedades as pessoas mais idosas. A esse respeito, Carvalho (2007), comenta que a transição demográfica que atinge o meio rural brasileiro dificulta a sucessão.

O processo de transformação do meio rural brasileiro ocorre de forma mais acelerada do que em outros países resultando em um cenário intenso de exclusão, também causa o envelhecimento da população rural com boa parte da renda do campo sendo proveniente de aposentadorias (AHLERT, 2009). Segundo Petinari (2007), esta renda é, em alguns casos, a principal renda da família, o que demonstra a importância desse tipo de rendimento.

Alguns motivos que levam os jovens a saírem do campo em busca de trabalho nos centros urbanos são citados por Petinari, Tereso e Bergamasco (2008), entre eles o tamanho das propriedades (que costumam ser

pequenas), a falta de mecanismos para aumentar a renda, o desfavorecimento da política agrícola e a busca de novos horizontes e tentativa de construir suas vidas em outro local. Estes motivos foram levados em consideração para analisar a sucessão neste estudo.

Para Oliveira e Schneider (2009), a migração dos jovens para os centros urbanos e para outras atividades profissionais gera a crise de sucessão hereditária na agricultura familiar uma vez que não há herdeiros nas unidades produtivas que sucedam os pais.

Autores como Carvalho (2007), Juchem, Boscarin e Céspedes (2005) e Mello et al. (2003) apresentam conceitos complementares de sucessão na agricultura familiar. Carvalho (2007) entende a sucessão como um processo endógeno, em que pelo menos um dos filhos sucede o pai na administração da propriedade rural. Segundo Juchem, Boscarin e Céspedes (2005, p. 2), “o processo sucessório torna-se importante porque envolve um componente-chave, patrimônio da família, a continuidade da atividade profissional do pai e a saída da geração mais velha do comando do negócio”. Mello et al. (2003) acrescentam que o pai é que determina o momento e a forma da transferência da gestão para a próxima geração. Isso evidencia a importância de os pais prepararem os filhos para a sucessão.

Conforme Abramovay et al. (1998), a geração de novos agricultores passa pela sucessão profissional, transferência hereditária e aposentadoria. Ahlert (2009) ressalva de que pela lei, os bens são transmitidos aos herdeiros legais quando do falecimento do titular. Neste caso, a sucessão é decidida pela lei.

Um dos problemas evidenciados por Silvestro et al. (2001) em relação à sucessão é que os jovens possuem escolaridade baixa, o que torna difícil ou ao menos incerto o sucesso da transferência da gestão ou controle da propriedade rural.

Segundo Cordeiro (2009), há uma mudança nos padrões sucessórios, pois geralmente apenas um sucessor é beneficiado, o filho mais novo ou o filho mais velho. Esse fato também foi evidenciado por Abramovay et al. (1998), visto que o número de filhos tem diminuído e existe um processo de individualização dos jovens no interior das famílias. Isso se reflete em menor participação desses jovens nas atividades rurais.

Carvalho (2007) afirma que o modelo de desenvolvimento brasileiro colocou em contradição o rural e o urbano, sendo o rural considerado arcaico e o urbano moderno. Castro (2008) e Dalcin e Troian (2009) também versam sobre a desvalorização social do meio

rural no meio urbano que os jovens frequentam e isso tem contribuído para a saída constante dos jovens para a cidade.

Na esteira de Ferreira e Alves (2009), os jovens rurais ligados à agricultura familiar são vistos como categoria-chave para a reprodução social do campo e da própria agricultura familiar. A transferência desses jovens para a cidade torna-se um problema, pois contribui para o esvaziamento do campo e pressagia o fim do mundo rural. As fronteiras entre o rural e o urbano aproximam-se cada vez mais, sendo que as diferentes culturas entrelaçam-se. A vida e o trabalho difícil no campo também trazem novas perspectivas e dilemas para os que vivem desse meio, principalmente para os mais jovens.

As autoras Dalcin e Troian (2009) citam fatores que levam os jovens a saírem do campo, como a timidez de alguns deles; o pouco diálogo entre os jovens e sua família; a influência dos próprios pais em casa e também na tomada de decisão; a impossibilidade de estudar; a ausência de renda própria; as precárias condições de infraestrutura, moradia e transporte, e o incentivo dos irmãos em buscar melhores salários nos centros urbanos. Aquelas autoras ressaltam que alguns pais não querem que seus filhos passem pelas mesmas dificuldades enfrentadas por eles em pequenas propriedades rurais.

A migração dos jovens para a cidade ocorre, em maior frequência, no caso dos homens, entre 20 e 24 anos, e no caso das mulheres, entre 15 e 19 anos. No entanto, as dificuldades financeiras e a baixa escolaridade são fatores que dificultam o ingresso dos jovens no mercado de trabalho existente no meio urbano (COSTA JÚNIOR, 2007).

Também no Chile, é evidenciada a migração de jovens para os centros urbanos devido as precárias condições de vida no campo e poucas oportunidades de trabalho remunerado no meio rural. Isso os leva a procurar por melhores condições de vida, oportunidades de estudo e emprego em outros locais (BRASIL, 2006).

Para Curioni (2009), a cidade, ao oferecer melhores condições de vida e de trabalho, atrai os migrantes, enquanto o campo apresenta um processo de desenvolvimento seletivo e o mercado de trabalho local não apresenta expectativas de emprego. Curioni (2009) termina sua explanação afirmando que a migração campo-cidade é uma decisão forçada pela sobrevivência e, em grande parte, o fluxo migratório ocorre por livre e espontânea vontade.

Os jovens ao completarem o Ensino Médio e ingressarem no mercado de trabalho ou no Ensino Superior optam por não regressar ao campo pela necessidade de residirem próximo ao local e/ou campo de trabalho

exclusivo da área urbana e pela remuneração na área rural apresentar-se incerta (PETINARI, 2007).

### 3 A SUCESSÃO E OS JOVENS NO CONTEXTO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS

Antes de contextualizar a sucessão e os jovens em assentamentos rurais, faz-se necessário apresentar um pouco das disposições contidas na Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Segundo essa Lei, a distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária é feita por meio de títulos de domínio público ou de concessão de uso. O beneficiário, obrigatoriamente, assume o compromisso de cultivar o imóvel direta e pessoalmente, por meio de um grupo familiar ou de cooperativas. Ele também não pode ceder o uso da terra para terceiros no prazo de 10 anos. Em caso de descumprimento, ocorrerá a rescisão do contrato e o retorno do imóvel ao órgão concedente (BRASIL, 1993).

Para os titulares da terra (primeira geração), a terra de reforma agrária concedida é vista como uma conquista da família em relação à sua moradia anterior, sendo um espaço de residência e produção. Já para os jovens assentados (segunda e terceira gerações), a terra é primordialmente considerada espaço de residência, insuficiente para morar e trabalhar ao mesmo tempo. Um ponto em comum entre as gerações é que ambas consideram que a terra é um bem que deve ser administrado em conjunto (CORDEIRO, 2009).

Ao versar sobre “A nova dinâmica da agricultura brasileira” Silva (1996), afirma que há duas vertentes camponesas diferentes. Na primeira, está o grupo de famílias de agricultores que tem no campo seu local de moradia e produzem para autoconsumo. A segunda vertente é representada por produtores rurais mais tecnificados que se integraram aos complexos agroindustriais. Segundo Dotto (2011), os assentamentos rurais são novos espaços de afirmação da agricultura familiar no Brasil e a manutenção destes locais quanto à sucessão pelos jovens vem sendo discutida pelos pesquisadores.

Juventude para Bourdieu (1983) deve ser observada a partir das relações sociais, contexto histórico e relações de poder em que está inserida e as relações entre idade social e idade biológica são complexas. Outros autores versam sobre a complexidade do termo juventude como Castro (2008) que apresenta o termo como uma categoria marcada por relações de hierarquia social e Abramovay et al. (1998) que cita a inexistência de definição universalmente aceita para os limites de idade ao se conceituar juventude.

Um dos principais obstáculos para a permanência dos jovens no assentamento é a falta de políticas

públicas efetivas de manutenção dos jovens no campo. As políticas existentes são voltadas para a produção técnica (relacionada à monocultura do latifúndio). É necessário considerar outros aspectos como os serviços de educação voltados especificamente para o meio rural. Outro problema evidenciado é que a quantidade de terra a ser herdada pelos filhos assentados, em muitos casos, é insuficiente. Assim, geralmente, apenas um dos filhos fica com a posse da terra (WEDIG; WIZNIEWSKY; RAMBO, 2007).

Segundo Costa e Ralisch (2013), a renda é um fator que interfere na permanência ou saída do jovem do campo. Isso é demonstrado quando tais autores descrevem que a maioria dos jovens do Assentamento Florestan Fernandes, em Florestópolis (PR), quer continuar vivendo no assentamento, porém, como a renda obtida na propriedade é limitada, muitos deles necessitam abandonar o assentamento em busca de sua independência financeira, permanecendo no campo uma população envelhecida.

Conforme Dotto (2011), os jovens que saíram dos assentamentos rurais, geralmente possuem até 25 anos de idade, com maior frequência de moças e estão em busca de aperfeiçoamento profissional e os que têm permanecido no campo são em grande parte homens, acima de 25 anos e que viveram mais tempo nos assentamentos que os jovens que saíram desse meio. A maioria dos jovens não participa das decisões nos lotes dos pais; ainda assim, os jovens que permaneceram no assentamento apresentaram média maior de participação do que os que saíram, mesmo que o nível de participação tenha sido pequeno.

Em seu trabalho no estado de Mato Grosso do Sul, Dotto (2011) identificou um percentual muito maior de analfabetos entre os pais de jovens que permaneceram nos assentamentos. Já os jovens que saíram do meio rural apresentaram nível de educação maior do que aqueles que permaneceram no campo. Ainda observou-se uma diferenciação por gênero visto que as moças possuem formação educacional maior que os rapazes e as mães dessas moças também possuem maior nível de educação que os pais.

Segundo Cordeiro (2009), os jovens sucessores do assentamento Novo Horizonte em Campos dos Goytacazes – RJ possuem um “déficit educacional” e as moças apresentam nível de educação superior ao dos rapazes para compensar futura herança não recebida, indicando forte viés de gênero.

Segundo Buth (2005), há um predomínio da população masculina sobre a feminina no assentamento Ramada (RS), principalmente dos indivíduos pertencentes

às faixas etárias de menos de 18 anos e de 31 a 50 anos. O grau de escolaridade das pessoas com faixa etária de 31 a 50 anos é baixo, normalmente cursaram até a 4ª série do ensino fundamental.

Nos países do MERCOSUL, há predominância da população masculina tanto no meio rural quanto no meio urbano. A defasagem no número de moças e rapazes pode levar esses rapazes a emigrar, frente à dificuldade de encontrar moças dispostas a viver no campo ou que se insiram de maneira socioeconômica na agricultura familiar (BRASIL, 2006).

De acordo com Cordeiro (2009), o pai possui autoridade para decidir quem será o sucessor. O jovem é preparado desde cedo ajudando o pai no trabalho e a educação passa a não ser muito incentivada pelos pais ao jovem sucessor, colocando a educação num papel secundário. Dotto (2011) também identificou que os jovens escolhidos pelo pai para dar continuidade ao trabalho rural após sua aposentadoria são geralmente do sexo masculino e aprendem a lidar com a produção do lote. Essa preferência se dá principalmente porque os pais consideram que, para o homem, é mais fácil lidar com as atividades braçais, maquinários, etc. A falta de opção para a filha, nesse caso, acaba influenciando sua saída do meio rural.

Na lavra de Menezes, Malagodi e Marques (2008), o desequilíbrio entre a produção nos lotes e o não atendimento das necessidades de consumo gera dificuldades de manutenção das famílias assentadas. Essa dificuldade leva os jovens a buscarem estratégias como migração para usinas ou trabalho assalariado em outros lotes.

Segundo Braga (2006), os postos de trabalho ofertados pelo serviço público acabam sendo ocupados por pessoas externas ao assentamento pela falta de qualificação da população assentada, restando aos assentados os cargos que exigem menor escolaridade.

A baixa escolaridade é um dos fatores que mantêm as pessoas no campo. Isso acontece porque elas não possuem estudo suficiente para trabalhar na cidade, local que exige mais escolaridade devido ao desenvolvimento tecnológico. Com nível de escolaridade maior, a tendência é que o indivíduo abandone o campo (BUTH, 2005). Segundo Curioni (2009), o êxodo rural está relacionado à precariedade das condições de existência do migrante, que acaba submetendo-se à condição de assalariado no meio urbano para garantir sua subsistência e a de sua família. Contudo, a falta de capacitação limita a inserção deste indivíduo no mercado de trabalho.

O projeto de assentamento tem a finalidade de garantir a reprodução da unidade familiar, mas o que se observa – depois de certo tempo em que o sistema foi implantado – é o envelhecimento e empobrecimento das famílias que permanecem assentadas. Ocorre que os filhos não estão dando continuidade aos projetos dos pais e têm deixado o trabalho no campo cada vez mais cedo. Por fim, esses filhos que deveriam ser os sucessores de seus pais no assentamento acabam decidindo entre ficar ou sair do meio rural (SANTOS, 2007).

#### 4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho faz parte de um projeto maior que visou identificar intenção de sucessão em assentamento rural no estado de Mato Grosso do Sul. Selecionou-se o assentamento Capão Bonito I em Sidrolândia (MS) para compor a amostra das famílias assentadas por ser o mais antigo e consolidado, segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Esse fato possibilitou estudar a sucessão, visto que ela se relaciona com as gerações e com o histórico de vida das famílias com o meio rural. De acordo com o mesmo instituto, Sidrolândia (MS)<sup>1</sup> conta com dezesseis assentamentos rurais reconhecidos pelo próprio INCRA e um assentamento reconhecido pelo estado de Mato Grosso do Sul (INSTITUTO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA - INCRA, 2011).

Utilizou-se o método misto neste estudo, que envolve questões abertas e fechadas, análise estatística e textual, devido à coleta e à análise de dados quantitativos e qualitativos (CRESWELL, 2007). O método hipotético-dedutivo norteia este trabalho, visto que, esse método enfatiza a relevância da técnica e da quantificação e formula hipóteses que são testadas. Ao mesmo tempo o procedimento é fenomenológico, pois uma situação pode ser entendida pela vivência das pessoas que estão envolvidas com o fenômeno (VERGARA, 2007).

Quanto aos fins, conforme Vergara (2007), esta pesquisa tem caráter exploratório, descritivo e explicativo, pela busca de identificação intenção de sucessão, exposição do fenômeno e esclarecimento dos fatores que contribuem para que o fenômeno ocorra, respectivamente. Quanto aos meios, caracteriza-se como pesquisa de campo e bibliográfica. Os dados deste trabalho são primários, obtidos a partir de formulários de entrevista (questões pré-formuladas) realizados com 45 assentados de lotes

<sup>1</sup>Levantamento verificado sobre o número de assentamentos em 2011.

diferentes, que compõe a amostra desta pesquisa<sup>2</sup>, no período de agosto a setembro de 2012.

A amostra utilizada foi do tipo aleatória simples, em que a escolha de um indivíduo em determinada população tem a mesma probabilidade de ocorrência. Para a seleção das famílias da amostra, foi feito um sorteio dos lotes do assentamento Capão Bonito I, em Sidrolândia (MS). As entrevistas foram realizadas com os responsáveis pelo lote<sup>3</sup>.

Na pesquisa de campo, alguns assentados se mostraram receosos quanto ao uso do gravador porque a pesquisa coincidiu com o período de campanha eleitoral e/ou tinham medo que a entrevista implicasse em problemas futuros com o INCRA. Assim, a tomada de nota foi escolhida para que todos os entrevistados fossem observados da mesma forma e para possibilitar análise posterior. As entrevistas foram realizadas por um dos autores que permaneceu no assentamento durante a realização das mesmas.

Quanto ao tratamento dos dados, houve uma sistematização posteriormente ao período de coleta que permitiu a análise das informações e o tratamento de forma estatística e não estatística, como sugerido por Vergara (2007). Utilizou-se a transformação de dados, que, conforme Creswell (2007), tal técnica envolve a criação de códigos e de temas quantitativamente e, depois, conta-se o número de vezes em que estes códigos ou temas ocorrem no texto.

O principal modelo econométrico (estatístico) escolhido para analisar o problema da sucessão foi o de escolha qualitativa, denominado modelo Multinomial Logit, no qual se procura encontrar os principais determinantes da sucessão do ponto de vista estatístico (econométrico), além da análise e da interpretação por meio de sistematização dos mesmos. Para as análises estatísticas, utilizou-se o *software* Stata 11.

## 5 O MODELO MULTINOMIAL LOGIT (MNL)

As diferentes possibilidades de sucessão (ou não) são verificadas pelo método de máxima verossimilhança. O teste da razão da máxima verossimilhança é baseado na comparação da função de verossimilhança do modelo restrito com a do modelo irrestrito<sup>4</sup>, definido por Johnston e Dinardo (2001):

$$\lambda = \frac{L^*}{L}, \quad (1)$$

Em que  $L^*$  é o valor da função de verossimilhança do modelo restrito;  $L$ , o valor da função de verossimilhança do modelo irrestrito; e  $0 \leq \lambda \leq 1$ . A estatística do teste, que é o logaritmo da razão de verossimilhança, equivale a:

$$LR = 2(\ln L - \ln L^*) \sim \chi_m^2 \quad (2)$$

Portanto, LR segue a distribuição de qui-quadrado  $\chi^2$ , com  $m$  graus de liberdade. A hipótese nula a ser testada é a de que o modelo restrito é igual ao modelo estimado irrestrito, ou, em outros termos,

$$\begin{aligned} H_0: & \text{Modelo restrito} = \text{Modelo irrestrito.} \\ H_1: & \text{Modelo restrito} \neq \text{Modelo irrestrito.} \end{aligned} \quad (3)$$

Para verificar a influência das variáveis exógenas no processo de sucessão especifica-se o modelo em que a variável dependente admite valores discretos, com mais de uma opção de escolha, ou seja, o processo de sucessão pode ser representado por três possibilidades de escolha ( $j=0, j=1$  e  $j=2$ ), i.e.,  $j=0$ , para quando não há nem pretende haver sucessão na propriedade;  $j=1$  para quando não há, mas pretende haver sucessão no lote do assentamento; e  $j=2$  para quando há sucessão na propriedade.

Um dos principais objetivos dos modelos de respostas qualitativas é calcular a probabilidade de um indivíduo, com determinado conjunto de atributos, tomar uma decisão sobre um dado evento (GUJARATI, 2000).

Neste modelo, a probabilidade de ocorrência da resposta é decorrente de um conjunto de regressores, como escolaridade, treinamento, rentabilidade, etc. (GREENE, 2003). No modelo MNL é utilizada a seguinte especificação:

$$Prob(Y_i = j) = \frac{e^{\beta_j X_i}}{\sum_{k=0} e^{\beta_k X_i}} \quad (4)$$

Em que  $Y_i$  é variável aleatória, que indica a escolha feita pelo indivíduo;  $Prob(Y_i = j)$ , probabilidade de um indivíduo  $i$  optar pela escolha  $j$ ;  $X_i$ , matriz de atributos observáveis para os indivíduos; e  $\beta$ , vetor de parâmetros a ser estimado.

Nesse modelo, de acordo com Greene (2003), as equações estimadas geram um conjunto de probabilidades para  $J+1$  escolhas do indivíduo  $i$  com características  $X_i$

<sup>2</sup>Detalhes do cálculo da amostra encontra-se na seção 3.2 base de ados.

<sup>3</sup>Proprietário (a) do lote ou seu (sua) cônjuge pertencente às famílias assentadas. Nos casos em que já existe sucessor, este indivíduo foi ouvido, visto que é o atual responsável pelo estabelecimento.

<sup>4</sup>Estimado pelo modelo Logit, em que considera 0 quando não há certeza de sucessão nas alternativas ( $j=0$ ) e ( $j=1$ ) considera 1 quando há sucessão ( $j=2$ ).

. Uma forma de resolver esse problema é utilizar uma normalização, em que se admite que  $\beta_0 = 0$ . Assim, tem-se a seguinte especificação:

$$\text{Prob}(Y_i = j) = \frac{e^{\beta_j' X_i}}{1 + \sum_{k=1}^J e^{\beta_k' X_i}}, \text{ para } j = 0, 1, 2. \quad (5)$$

Segundo Bressan et al. (2008), no modelo MNL, o efeito das variáveis explicativas sobre a  $\text{Prob}(Y_i = j)$  pode ser escrito pela razão de risco relativa (RRR), que é definida por:

$$\text{RRR} = \frac{P(Y=j/x+1)/P(Y=k/x+1)}{P(Y=j/x)/P(Y=k/x)}. \quad (6)$$

A RRR pode ser interpretada como o efeito sobre a probabilidade de escolha da alternativa  $j$ , em relação à alternativa  $k$ , decorrente de mudanças relativas nas probabilidades, sendo que  $x$  representa o vetor das variáveis atributos. A RRR, no modelo Multinomial Logit (MNL), pode ser obtida pelo exponencial dos coeficientes estimados, de forma a similar a *odds-ratio* do modelo logístico. A diferença é que a razão de risco relativa fornece as mudanças relativas nas probabilidades.

Outra forma de analisar o efeito da variável explicativa sobre a probabilidade de escolha é obter a diferenciação da equação (2), o efeito marginal de  $X_i$  em  $P_j$ , que pode ser representado por:

$$\begin{aligned} \frac{\partial P_j}{\partial X_i} &= \frac{\beta_j e^{\beta_j' X_i} \left[ 1 + \sum_{k=1}^J e^{\beta_k' X_i} \right] - e^{\beta_j' X_i} \cdot \sum_{k=1}^J \beta_k e^{\beta_k' X_i}}{\left[ 1 + \sum_{k=1}^J e^{\beta_k' X_i} \right]^2} \\ &= P_j \left[ \beta_j - \sum_{k=0}^J P_k \beta_k \right] = P_j \left[ \beta_j - \bar{\beta} \right]. \end{aligned} \quad (7)$$

Note que os sinais dos efeitos marginais podem ser diferentes dos sinais dos coeficientes estimados. Na Tabela 1, têm-se as variáveis que foram testadas neste trabalho.

A intenção de sucessão é a base do modelo, sendo as possibilidades de sucessão  $j=0$  em que não há nem pretende haver sucessão no lote;  $j=1$  em que não há no momento, mas pretende haver futura sucessão no lote; e  $j=2$  em que já existe sucessão no lote.

Tem-se, oito variáveis testadas pelo modelo MNL com base nas possibilidades de sucessão  $j=0$ ,  $j=1$  e  $j=2$ , sendo transmissão do patrimônio, renda agrícola, financiamento, posse de lote pelos filhos, tempo no meio rural, idade, organização e escolaridade (Tabela 1).

Na prática, o modelo empírico pode ser escrito pela variável latente ou não observada,  $Y^*$ , conforme segue:

$$Y^* = \beta_1 X_{transmissão} + \beta_2 X_{renda} + \beta_3 X_{financiamento} + \beta_4 X_{lote} + \beta_5 X_{tempo} + \beta_6 X_{idade} + \beta_7 X_{organização} + \beta_8 X_{escolaridade} + \mu_i \quad (8)$$

A variável dependente  $Y^*$  assume os valores 0 se não há nem pretende haver sucessão; 1 se não há, mas pretende haver sucessão; e 2 se há sucessão no lote. As variáveis independentes são mais bem explicadas a seguir.

Na transmissão do patrimônio, verificou-se a pretensão de transferência do patrimônio em vida pelo responsável legal do lote, mensurada por meio da variável *dummy* sendo 0 quando não há intenção de transferir ou ainda não decidiu e 1 quando sim, isto é, o lote está transferido para sucessor ou já foi decidido o momento em que se fará a transmissão.

A renda agrícola das famílias foi verificada e mensurada em reais (R\$). Posteriormente utilizou-se o logaritmo natural da renda agrícola para estimação do MNL. O logaritmo natural da renda foi usado por suavizar o perfil da renda dos assentados.

O financiamento para as atividades no lote foi mensurado na utilização ou não desse benefício, em que 0 não possui financiamento e 1 possui financiamento para as atividades agropecuárias. Mensurou-se a posse ou não de lotes por pelo menos um dos filhos dos assentados, sendo 0 para as respostas em que nenhum dos filhos possui lote e 1 para as respostas em que um ou mais filhos do casal possui título legal de um lote.

O tempo no meio rural foi medido em anos para verificar o histórico dos respondentes com o campo. A idade do respondente foi medida em anos.

A participação em associação foi medida como variável *dummy*, sendo 0 quando o respondente não participa de associação no assentamento e 1 para o respondente que participa de associação no assentamento.

Entre os respondentes há assentados de diversas idades gerando respostas em grau de escolaridade diferentes; por esse motivo o tempo de estudo foi medido em anos.

Esperou-se que as variáveis testadas pelo modelo MNL apresentassem resultados positivos para as possibilidades de sucessão  $j=1$  e  $j=2$ , isto é, para a

possibilidade de haver sucessão no futuro e de haver sucessão, respectivamente.

## 6 BASE DE DADOS

Para a coleta de dados primários, realizou-se entrevistas com os responsáveis pelo lote. Para a seleção dos lotes a serem visitados, foi feito um sorteio entre as 133 famílias do assentamento Capão Bonito I, em Sidrolândia (MS).

As entrevistas foram baseadas em perguntas pré-formuladas e realizadas no assentamento Capão Bonito I (Figura 1). O trabalho de Spanevello (2008) serviu como base para formulação das entrevistas e foram adaptadas para esta pesquisa. De acordo com os dados de 2010 do IBGE Cidades, Sidrolândia (MS) tinha 42.132 habitantes, com população estimada de 49.712 em 2014. O mesmo Instituto avaliou que, em 2012, o município continha 2.167 unidades de produção agropecuária (IBGE, 2014).

De acordo com o INCRA (2011), existem 17 assentamentos criados e/ou reconhecidos pelo órgão no município de Sidrolândia (MS). O assentamento Capão Bonito I, criado em 20/10/1989 pela Resolução nº 042, está localizado na Fazenda Capão Bonito no mesmo município,

e possui área (em ha) de 2.585,3984, com 133 famílias assentadas. De acordo com a Portaria nº 40 de 15/12/2000, este projeto encontra-se consolidado.

De acordo com Fonseca e Martins (1996), o cálculo para amostras de uma população finita é apresentado em:

$$n = \frac{Z^2 \cdot p \cdot q \cdot N}{d^2 (N-1) + Z^2 \cdot p \cdot q} \quad (9)$$

Em que  $n$  é tamanho da amostra;  $Z$ , abscissa da curva normal padrão;  $p$ , estimativa da verdadeira proporção de um dos níveis da variável escolhida, expresso em decimais;  $q = 1 - p$ ;  $N$ , tamanho da população; e  $d$ , erro amostral admitido, expresso em decimais.

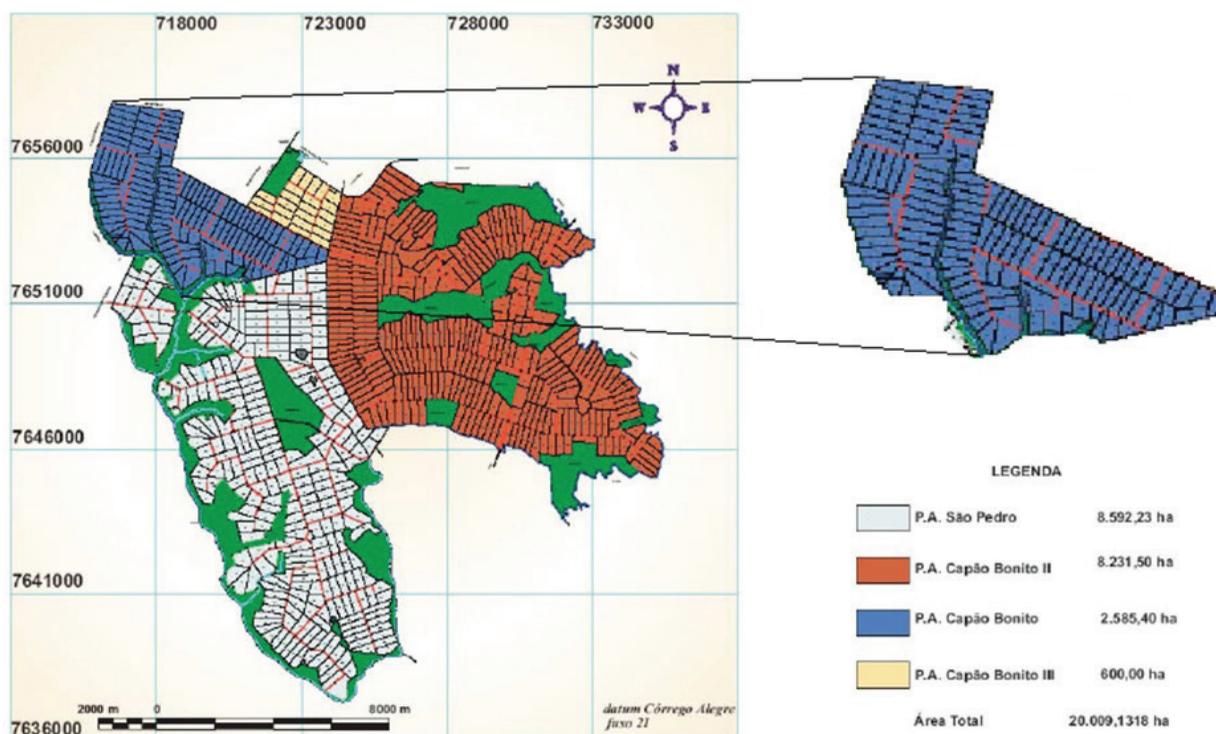
Para atender ao objetivo proposto, com 90% de confiança e 10% de erro foram entrevistadas 45 famílias pertencentes ao assentamento Capão Bonito I em Sidrolândia (MS).

Faz-se uma ressalva de que Dotto (2011) estudou os fatores de saída do jovem do meio rural em assentamentos rurais com os jovens que saíram e com os que permaneceram no campo no estado de Mato Grosso do Sul. Por isso, neste trabalho foram ouvidos os responsáveis atuais dos lotes.

**TABELA 1** – Descrição das variáveis pesquisadas no modelo MNL

VARIÁVEIS	DESCRIÇÃO	MENSURADA EM:
Intenção de sucessão	Possibilidade ou existência de sucessão no lote	0 = Não há nem pretende haver sucessão 1 = Não há, mas pretende haver sucessão 2 = Sim há sucessão no lote
Transmissão do patrimônio	Pretensão de transmissão do patrimônio em vida	0 = Não pretende ou ainda não decidiu 1 = Sim
Renda agrícola	Renda total da família proveniente da atividade agrícola	Em reais (R\$)
Financiamento	Financiamento para atividades no lote	0 = Não possui financiamento 1 = Possui financiamento
Posse de lote pelos filhos	Posse de lote pelo (os) filho (os)	0 = Não 1 = Sim
Tempo no meio rural	Histórico com o meio rural (sempre foi do meio rural ou não)	Anos
Idade	Idade do respondente	Anos
Organização	Participação do respondente em associação no assentamento	0 = Não participa de associação 1 = Participa de associação
Escolaridade	Tempo de estudo do respondente (responsável pelo lote)	Anos

Fonte: Elaborado pelos autores



**FIGURA 1** – Assentamento Capão Bonito I, município de Sidrolândia/MS  
 Fonte: Adaptado de Santana (2006)

## 7 RESULTADOS E DISCUSSÕES

### 7.1. Análise das Variáveis

A Tabela 2 apresenta as estatísticas descritivas das principais variáveis obtidas.

A questão sobre intenção de sucessão apresenta-se como pergunta chave nessa pesquisa visto que visou a investigar a existência ou não de sucessão ou de sua possibilidade entre as famílias entrevistadas. A maior parte, 64,4%, dos entrevistados, afirmou que no futuro provavelmente haverá sucessão no lote; 20% dos respondentes afirmaram existir sucessor no lote e 15,6% disseram que não há nem pretende haver sucessão no lote.

Quando questionados sobre a intenção de sucessão, os respondentes tinham a liberdade de informar motivo (s) para tal resposta. Dentre os 15,6% que informaram não ter sucessão, as razões citadas foram a baixa renda do lote, o fato do casal não possuir filhos ou estes não residirem mais com os pais. Um respondente informou que “pode ser, porém não garante a sucessão”. Um respondente afirmou que “sempre foi da roça, mas não quer que os

filhos continuem pela dificuldade enfrentada no lote”. Um respondente não informou motivo.

Entre os 64,4% dos respondentes que informaram que no momento não há sucessão, mas pretende haver sucessão no futuro, houve respostas das mais variadas. No entanto, pôde-se observar que cinco deles afirmaram que os filhos assumiriam a propriedade em caso de emergência, isto é, pelo falecimento dos pais. Em duas situações, os pais afirmaram que os filhos ainda são pequenos (até 12 anos de idade); por isso, não dão certeza de que haverá sucessão, mas os pais pretendem que as crianças deem continuidade aos trabalhos no lote no futuro. Em outros dois casos, os pais informaram que possivelmente o filho assumirá o lote. Cinco não quiseram informar motivo. Nas quinze situações restantes, cada assentado informou um motivo diferente.

Nos casos de sucessão (20%), existe certa homogeneidade. Em três casos, os respondentes são os sucessores, porém em uma situação, o sucessor informou que assumiu o lote do sogro na prática, mas para passar a propriedade para o seu nome há grande burocracia no INCRA. Em outro caso, o pai da esposa do respondente tem

a posse do lote, o INCRA pediu para esperar para passar como desistência e os irmãos dela já concordaram. No terceiro caso, o filho assumiu o lote do pai, ambos residem no lote com sua família, mas o filho é o responsável pelo lote, porque o pai não tem mais condições de trabalhar na roça.

Nas situações citadas no parágrafo anterior, pondera-se que no papel são os beneficiários do INCRA que assinam documentos referentes às transações no lote, mas os sucessores é que de fato estão gerenciando e trabalhando no estabelecimento. Também houve dois casos em que um dos filhos tem a posse do lote por motivos similares. Nos demais não foi informado o motivo da sucessão.

No que se refere à transmissão do patrimônio, foi perguntado sobre a pretensão de transmissão de patrimônio em vida. Um percentual baixo dos entrevistados, de 29%, pretende transferir em vida o patrimônio. A grande maioria, 71%, não tem destino certo para os lotes. Desses entrevistados, 37,5% não decidiram sobre o assunto e 62,5% afirmam não pretender transmitir o lote em vida.

Verificou-se que a sucessão encontrada na pesquisa é decidida pelo pai, chefe de família, principalmente quando transfere para um dos filhos a posse da terra ou decide o momento em que esta transferência irá ocorrer. Isso pôde ser verificado em todos os casos de sucessão encontrados, indicando que a sucessão está ligada mais à posse da terra do que à sua gestão. Portanto, neste trabalho,

sucessão está relacionada tanto com a transmissão do patrimônio quanto com a transferência de gestão, visto que ambas se inter-relacionam.

Não se pode afirmar que em todos os lotes o pai será decisivo no processo sucessório, pois, a maior parte das probabilidades de sucessão ocorrerá no futuro e como os pais, em sua maioria, não pretendem transmitir o patrimônio em vida, provavelmente a sucessão será decidida pela lei. A pesquisa indicou que os pais têm transferido para os filhos a decisão de querer permanecer no campo ou sair, mas nos casos de sucessão o pai acaba transferindo o lote para um dos filhos com aptidão ou com vontade de permanecer no campo. No entanto, os filhos geralmente não participam das decisões do trabalho rural.

A média da renda com atividades agropecuárias nos lotes foi de R\$ 941,22 por mês com a menor renda sendo R\$ 0,00, neste caso, o entrevistado produz apenas para subsistência. O máximo de rendimentos mensal com atividades agropecuárias foi de R\$ 3.000,00. A renda total com atividades agropecuárias das famílias entrevistadas foi de R\$ 42.355,00 por mês.

Analisando o rendimento total das famílias entrevistadas, incluindo a renda agropecuária e de outras atividades, tem-se o valor de R\$ 1.809,93/mês em média. Sendo R\$ 81.447,00/mês o salário total das famílias entrevistadas. O menor salário verificado foi de R\$ 400,00/

**TABELA 2** – Descrição das variáveis pesquisadas

VARIÁVEIS	MENSURADA EM:	%
Intenção de sucessão	0 = Não há nem pretende haver sucessão	15,6%
	1 = Não há, mas pretende haver sucessão	64,4%
	2 = Sim há sucessão no lote	20%
Transmissão do patrimônio	0 = Não pretende ou ainda não decidiu	71%
	1 = Sim	29%
Renda agropecuária	Em reais (R\$)	941,22/mês
Financiamento	0 = Não possui financiamento	60%
	1 = Possui financiamento	40%
Posse de lote pelos filhos	0 = Não	73%
	1 = Sim	27%
Tempo no meio rural	Anos	46,7
Idade	Anos	52,69
Organização	0 = Não participa de associação	64%
	1 = Participa de associação	36%
Escolaridade	Anos	6,27

Fonte: Elaborado pelos autores

mês e o maior salário de R\$ 5.866,00. Evidenciou-se também a existência de aposentadoria em 22 famílias, em 50% destas há um aposentado, no restante apresentam-se dois aposentados. Assim, foi encontrado um total de 33 aposentadorias nessas 22 famílias.

Calculando sobre a renda total das famílias entrevistadas (R\$ 81.447,00) e considerando o salário mínimo vigente, R\$ 622,00 no período em que as entrevistas foram realizadas, tem-se o valor de R\$ 20.526,00 com aposentadoria, indicando que 25,2% da renda dessas famílias são provenientes de aposentadoria. Assim, restam R\$ 18.566,00/mês provenientes de outras rendas como trabalhos de empreita, professores, motorista de ônibus escolar, agente de saúde, etc.

Dentre as famílias entrevistadas, 40% utilizam financiamento; no entanto, muitos não souberam informar ao certo o tipo de financiamento. Os financiamentos mais utilizados são o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), dos tipos A e Mais Alimentos e o antigo Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERA) que foi substituído pelo Pronaf A em 1999, conforme Guanziroli et al. (2001), mas este financiamento ainda é pago por alguns assentados. Outros financiamentos citados foram o Pronaf B e F.

A finalidade da obtenção dos financiamentos está relacionada principalmente à produção de leite, frango de corte e para lavoura. Para o gado de corte e de leite, foi citada a aquisição de ordenha, formação de pastagem, o resfriador de leite, a cerca e o curral para o gado. Para a produção de frango, a finalidade do financiamento refere-se mais às instalações, equipamentos e comedouro para o aviário. Na lavoura, o valor recebido destina-se à aquisição de sementes, ao preparo da terra, ao plantio e à compra de equipamentos, como o triturador.

Observou-se que alguns dos assentados adquiriram financiamentos há muitos anos, por vezes no início do assentamento, e ainda estão pagando estes valores, como é o caso do financiamento adquirido pelo Procera. Mas, a maior parte dos que obtiveram financiamento adquiriram esse recurso recentemente. No entanto, a grande maioria dos assentados que possui financiamento não quis informar o valor total recebido na contratação. A exceção foram dois entrevistados, que afirmaram ser de R\$ 20.000,00 o valor recebido pelo Pronaf A.

Vinte e sete por cento dos respondentes dizem que seu (s) filho (s) possui lote. Entre eles estão os casos em que a terra foi passada para o nome do filho para poder abrir estabelecimento comercial na agrovila. Em sete famílias há um filho com lote; em duas famílias há dois

filhos com lotes; e em uma família foi verificado que três dos filhos possuem lotes de assentamento. Pôde-se verificar que os respondentes informavam que as filhas possuíam lote, mas que estava no nome do marido, pois as mulheres saíram do assentamento devido ao casamento e os maridos geralmente acabam adquirindo lote no mesmo assentamento ou em algum local próximo.

A maior parte dos entrevistados sempre foi do meio rural, somando 82%, com média de 46,7 anos que residem no campo. O entrevistado com menos tempo no meio rural foi de 0,67 ano e o entrevistado com mais tempo no meio rural vive no campo há 79 anos. Tal resultado vai ao encontro do observado na literatura, a citar Carvalho (2007), quando de sua constatação de que o agricultor tem raízes no campo.

A maioria dos respondentes, 53%, é do sexo masculino, com idade média de 52,69 anos, sendo idade mínima de 30 anos e máxima de 79 anos. A escolaridade foi medida em anos<sup>5</sup>. Esta apresentou uma média baixa, totalizando 6,27 anos de estudo. O mínimo foi de 0 ano de estudo, representado por três dos entrevistados, e o máximo foi de 16 anos de estudo, identificando uma entrevistada. Deve-se lembrar de que autores como Buth (2005) e Dotto (2011) apontam a baixa escolaridade da população rural.

Considerando apenas a participação em associação, verificou-se que, do total dos entrevistados, 36% participam desse tipo de organização. A maioria não participa de nenhum tipo de organização, somando 55,6%. Do total, 44,4% participam de alguma forma de organização. Dessa porcentagem, 80% participam de associação, 10% participam de cooperativa e 10% participam de sindicato. Os entrevistados não souberam informar o nome completo da organização em que atuam. No caso de associação, os nomes citados foram Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Capão Bonito I e Associação dos Aviaristas.

## 7.2 Análise da Sucessão no Modelo Multinomial Logit (MNL)

A Tabela 3 apresenta o teste da razão da verossimilhança, descrito em (2), em que se testa a hipótese de que o modelo restrito e o irrestrito são estatisticamente iguais. O resultado do teste rejeita, fortemente, a hipótese de igualdade entre os modelos, o que indica que o modelo

<sup>5</sup>Há respondentes que frequentaram a escola há alguns anos atrás e informaram ter da 1ª até a 8ª séries. Hoje existe até o 9º ano. Devido às diferenças verificadas, optou-se por apresentar o grau de escolaridade em anos.

múltiplo é mais adequado para análise da questão da sucessão. É possível verificar, ainda, que o modelo estimado é globalmente significativo, visto que, pelo teste de Razão de Verossimilhança (LR), é possível rejeitar a hipótese nula de que todos os coeficientes associados às variáveis explicativas sejam nulos.

Em seguida, foram feitos testes para detectar heterocedasticidade e autocorrelação serial, pois a presença desses problemas invalida o uso dos testes t e F para fins de inferência e os estimadores deixam de ser eficientes. Dessa forma, foram realizados os testes de White para detectar heterocedasticidade, e o teste de Durbin-Watson

para autocorrelação serial sem que os mesmos fossem detectados.

Foi testada a multicolinearidade para todas as variáveis e encontrado relação significativa entre idade e tempo rural, pois a maioria dos entrevistados vive no meio rural desde criança. O problema foi resolvido utilizando idade ao quadrado e tempo no meio rural ao quadrado na estimação do modelo MNL.

Na estimação do modelo Multinomial Logit (MNL), foi considerado base ( $j=2$ ), de modo que os resultados devem ser interpretados com base na existência de sucessão no lote. A Tabela 4 mostra o resultado dos

**TABELA 3** – Teste da razão da verossimilhança para adoção sequencial

Log L* = -8,28	$\chi^2_{\text{tab}} = 6,634$
Log L** = -22,19	LR > $\chi^2_{\text{tab}}$
LR = 27,82	Rejeita $H_0$ ao nível de 1% de significância.

Nota: \* Log L é o valor do logaritmo da função de verossimilhança do modelo irrestrito; \*\* Log L<sub>s</sub> é o valor do logaritmo da função de verossimilhança do modelo restrito; \*\*\* Valor do  $\chi^2_{\text{tab}}$  ao nível de 0,01 de significância, com 1 grau de liberdade

Fonte: Elaborado pelos autores

**TABELA 4** – Estimativas do modelo MNL (base  $j=2$ )

Variáveis explicativas	Categorias de sucessão			
	$(j=0)$		$(j=1)$	
	Coeficiente	RRR	Coeficiente	RRR
Transmissão	-6.15304** (3.075441)	0.002104** (0.006297)	-6.88731* (2.953666)	0.00083* (0.002395)
Ln (renda)	1.600933 <sup>ns</sup> (1.049063)	0.982474 <sup>ns</sup> (1.917903)	2.062628** (1.032681)	3.479644 <sup>ns</sup> (6.382911)
Financiamento	-3.61879 <sup>ns</sup> (3.201045)	0.023097 <sup>ns</sup> (0.070816)	-5.28112*** (3.151357)	0.004302*** (0.013131)
Posse_lotes	-4.2339 <sup>ns</sup> (3.391215)	0.016856 <sup>ns</sup> (0.05276)	-5.29935*** (3.225994)	0.00452*** (0.01368)
t2	-0.00111*** (0.000661)	0.998503*** (0.000918)	-0.00047 <sup>ns</sup> (0.000569)	0.999199 <sup>ns</sup> (0.00085)
Idade2	-3.3E-05 <sup>ns</sup> (0.000678)	0.99932 <sup>ns</sup> (0.001026)	-0.00058 <sup>ns</sup> (0.000599)	0.999063 <sup>ns</sup> (0.000927)
Participação	-1.19821 <sup>ns</sup> (1.912611)	0.192218 <sup>ns</sup> (0.413323)	-1.78715 <sup>ns</sup> (1.69431)	0.105456 <sup>ns</sup> (0.207886)
Tempo_estudo	-0.21035 <sup>ns</sup> (0.299535)	0.772009 <sup>ns</sup> (0.252431)	-0.24056 <sup>ns</sup> (0.275778)	0.74767 <sup>ns</sup> (0.224249)

\* significativo a 1%; \*\* significativo a 5%; \*\*\* significativo a 10%; <sup>ns</sup> não-significativo

Fonte: Elaborado pelos autores

coeficientes do modelo MNL nas possibilidades de sucessão, com suas respectivas significâncias estatísticas, como os coeficientes estimados e os respectivos desvios-padrão. A Tabela 4 também apresenta a razão de risco relativo (*RRR*), que deve ser interpretada como mudanças relativas nas probabilidades ou, de forma similar ao *odds-ratio* do modelo logístico, com suas respectivas significâncias.

Para ( $j=0$ ) do MNL, foram identificadas duas variáveis estatisticamente significativas, a saber: transmissão do patrimônio e tempo rural dos respondentes ao quadrado. Por meio da *RRR*, nota-se que o aumento nas variáveis (Transmissão) transmissão do patrimônio e (t2) tempo rural ao quadrado diminuem as chances de não haver sucessão, se comparado a ( $j=2$ ), visto que a *RRR* foi menor que a unidade (Tabela 4).

Para ( $j=0$ ), as variáveis logaritmo natural da renda agrícola (lnrenda), financiamento para produção (Financiamento), posse de lote pelos filhos (Posse\_lotes), idade do respondente ao quadrado (idade2), participação em associação (Participação) e tempo de estudo do respondente (Tempo\_estudo) não contribuem para não haver sucessão.

Em que: (Transmissão) transmissão do patrimônio; (lnrenda) logaritmo natural da renda agrícola; (Financiamento) financiamento para produção; (Posse\_lotes) posse de lote pelo (s) filho (s); (t2) tempo rural dos respondentes ao quadrado; (idade2) idade do respondente ao quadrado; (Participação) participação em associativismo e (Tempo\_estudo) tempo de estudo do respondente.

Já em ( $j=1$ ), observa-se quatro variáveis estatisticamente significativas, sendo transmissão do patrimônio (Transmissão), logaritmo natural da renda agrícola (lnrenda), financiamento para produção (Financiamento) e posse de lote pelos filhos (Posse\_lotes). Por meio da *RRR*, nota-se que o aumento nas variáveis (Transmissão), (Financiamento) e (Posse\_lotes) diminui as chances de no futuro haver sucessão, se comparado a ( $j=2$ ), no qual existe o sucessor, visto que o *RRR* foi menor que a unidade (Tabela 4).

Para ( $j=1$ ), as variáveis tempo rural ao quadrado (t2), idade do respondente ao quadrado (Idade2), participação em associação (Participação) e tempo de estudo (Tempo\_estudo) do respondente não contribuem nas chances de no futuro haver sucessão.

Observa-se que as variáveis: idade do respondente ao quadrado (idade2), participação em associação (Participação) e tempo de estudo do respondente (Tempo\_

estudo) não são significativas, tanto para ( $j=0$ ) quanto para ( $j=1$ ). Portanto, não contribuem para o processo de sucessão no assentamento Capão Bonito I.

Na Tabela 5, estão os efeitos marginais (EMs) e os desvios-padrões de cada variável analisada, obtidos após a estimação do modelo Multinomial Logit (MNL) sobre as três possibilidades de sucessão  $j=0, j=1, j=2$  e as probabilidades sobre as possibilidades de sucessão obtidas pelo conjunto de variáveis, nos seus respectivos pontos médios.

Em que: (Transmissão) transmissão do patrimônio; (lnrenda) logaritmo natural da renda agrícola; (Financiamento) financiamento para produção; (Posse\_lotes) posse de lote pelo (s) filho (s); (t2) tempo rural dos respondentes ao quadrado; (idade2) idade do respondente ao quadrado; (Participação) participação em associativismo e (Tempo\_estudo) tempo de estudo do respondente.

Para ( $j=0$ ), quanto à variação na probabilidade de não haver sucessão, o aumento em uma unidade no lnrenda provocou redução de 2,21 pontos percentuais (p.p.) na probabilidade de não haver sucessão<sup>6</sup>. Considerando o tempo rural ao quadrado (t2), quando a variável explicativa  $\partial P(j=0) / \partial Xk$  se alternava em uma unidade, observa-se que o aumento desta unidade diminuiu em 0,00077 p.p. a probabilidade de não haver a sucessão. As variáveis (Transmissão), (Financiamento), (Posse\_lotes), (idade2), (Participação) e (Tempo\_estudo) não provocaram efeitos marginais significativos na probabilidade de ( $j=0$ ). Portanto, pelos EMs, um aumento nas variáveis logaritmo natural agrícola (lnrenda) e tempo rural ao quadrado (t2) foi importante para reduzir as chances de não haver sucessão no assentamento analisado. Pode-se observar, na Tabela 5, que a probabilidade de não haver sucessão pelo conjunto de variáveis, nos pontos médios, foi de 16,49%.

Para ( $j=1$ ), quanto à variação na probabilidade de haver sucessão no futuro, quando a transmissão do patrimônio (Transmissão) varia de 0 para 1 provoca redução de 50,53 p.p. na probabilidade de haver sucessão no futuro. O aumento em uma unidade em logaritmo natural da renda agrícola (lnrenda), a probabilidade de haver sucessão no futuro subiu 13,96 p.p. Considerando o financiamento para produção (Financiamento), quando se alternava de 0 para 1 a variável explicativa, reduziu-se em 37,3 p.p. a probabilidade de haver sucessão no futuro. Quanto à posse de lotes pelos filhos (Posse\_lotes), quando

<sup>6</sup>Para as variáveis *dummy* o efeito marginal é representado por  $(\Delta P(j=0) / \Delta Xk$  com  $Xk$  variando de 0 para 1).

se alternava de 0 para 1, eram reduzidas as chances de haver sucessão no futuro em 37,29 p.p. As (t2), (idade2), (Participação) e (Tempo\_estudo) não provocaram efeitos marginais significativos na probabilidade de ( $j=1$ ). Portanto, pelos EMs observa-se que um incremento marginal nas variáveis (Transmissão), (Financiamento) e (Posse\_lotes) foram importantes para diminuir as chances de haver sucessão futura, i.e., aumentando as chances de haver certeza da sucessão.

Pode-se observar ainda na Tabela 5, que a probabilidade de haver sucessão no futuro pelo conjunto de variáveis, nos pontos médios, foi bastante alta, sendo  $\text{Prob}(j=1) = 0,81159$  ou 81,16%.

Para ( $j=2$ ), quanto à variação na probabilidade de haver sucessão, quando a transmissão do patrimônio (Transmissão) varia de 0 para 1 provoca um aumento de 59,77 p.p. na probabilidade de haver sucessão. O aumento em uma unidade em logaritmo natural da renda agrícola (Inrenda) reduz a probabilidade de haver sucessão em 11,74 p.p. Considerando o financiamento para produção (Financiamento), quando altera de 0 para 1, aumenta em

26,94 p.p. a probabilidade de haver sucessão. Quanto à posse de lotes pelos filhos (Posse\_lotes), quando varia de 0 para 1 aumentam as chances de haver sucessão em 38,97 p.p. As variáveis (t2), (idade2), (Participação) e (Tempo\_estudo) não provocaram efeitos marginais significativos na probabilidade de  $j=2$ . Portanto, os EMs das variáveis (Transmissão), (Financiamento) e (Posse\_lotes) foram mais importantes para aumentar a probabilidade de haver sucessão.

Observa-se pela Tabela 5, que a probabilidade de haver sucessão pelo conjunto de variáveis, nos pontos médios, foi baixa, sendo  $\text{Prob}(j=2) = 0,023489$  ou 2,35%.

As variáveis (idade2), (Participação) e (Tempo\_estudo) não provocaram efeitos marginais significativos para as três probabilidades de sucessão ( $j=0$ ,  $j=1$  e  $j=2$ ), como havia sido observado nas estimativas do coeficiente e da RRR do modelo MNL.

Sendo assim, por meio dos resultados do modelo, é possível destacar que as variáveis mais importantes para os assentados no processo de sucessão foram transmissão do patrimônio (Transmissão), tempo rural ao quadrado

**TABELA 5** – Efeitos marginais para as diferentes categorias de sucessão

Variáveis explicativas	(j=0)	(j=1)	(j=2)
	<i>Efeito Marginal</i>	<i>Efeito Marginal</i>	<i>Efeito Marginal</i>
Transmissão	-0.0924 <sup>ns</sup> (0.08614)	-0.5053* (0.147636)	0.597704* (0.15993)
Inrenda	-0.02211 ** (0.03353)	0.139593* (0.04834)	-0.11748* (0.04583)
Financiamento	0.103534 <sup>ns</sup> (0.12796)	-0.37299* (0.1377)	0.269457** (0.12551)
Posse_lotes	-0.01676 <sup>ns</sup> (0.13777)	-0.37294* (0.15022)	0.389702* (0.15126)
t2	-7.7E-05** (3.76E-05)	3.93E-05 <sup>ns</sup> (4.29E-05)	3.72E-05 <sup>ns</sup> (3.04E-05)
idade2	0.000052 <sup>ns</sup> (4.76E-05)	-7.9E-05 <sup>ns</sup> (5.33E-05)	2.73E-05 <sup>ns</sup> (3.18E-05)
Participação	0.041348 <sup>ns</sup> (0.1319)	-0.14691 <sup>ns</sup> (0.15763)	0.105564 <sup>ns</sup> (0.128164)
Tempo_estudo	-9.82E-06 <sup>ns</sup> (0.01806)	-0.01402 <sup>ns</sup> (0.02154)	0.014028 <sup>ns</sup> (0.014662)
Probabilidade de sucessão	$\text{Prob}(j=0) = 0.164921$	$\text{Prob}(j=1) = 0.81159$	$\text{Prob}(j=2) = 0.023489$

Fonte: Elaborado pelos autores

\* significativo a 1%; \*\* significativo a 5%; <sup>ns</sup> não-significativo

(t2), financiamento para produção (Financiamento), posse de lotes pelos filhos (Posse\_lotes) e logaritmo natural da renda agrícola (lnrenda).

Com base no modelo MNL e nos efeitos marginais, podem-se confirmar as hipóteses de que quanto menor a renda agrícola, mais se agrava o processo de sucessão familiar no campo e de que quanto maior o tempo no meio rural, maior será a escolha pela sucessão familiar no campo na medida em que as variáveis logaritmo natural da renda e tempo rural ao quadrado mostraram-se importantes determinantes da sucessão no assentamento Capão Bonito I. E ainda rejeitar a hipótese de que quanto maior o nível educacional do jovem, menor a escolha pela sucessão familiar rural, visto que a variável tempo de estudo do respondente não foi considerada significativa no modelo.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos determinantes da sucessão no assentamento Capão Bonito I, em Sidrolândia (MS), pelo modelo Multinomial Logit (MNL) permitiu verificar a importância da renda agrícola e tempo dos assentados no meio rural no processo sucessório, validando as hipóteses de quanto menor a renda agrícola, mais se agrava o processo de sucessão e de quanto maior o tempo no meio rural, maior será a escolha pela sucessão. No entanto, não foi possível confirmar a hipótese de quanto maior o nível educacional, menor a escolha pela sucessão na medida em que a variável tempo de estudo do entrevistado não se mostrou significativo para o modelo.

Resgatando os principais achados da pesquisa, o comportamento por parte da maioria dos chefes de família (71%) em não pretender transmitir o patrimônio em vida ou ainda não ter decidido sobre a transmissão e que 27% dos assentados informaram que pelo menos um filho possui terra de assentamento interfere diretamente na sucessão.

Assim, a sucessão nos lotes observados está relacionada com a transferência deste lote para os filhos na medida em que os pais têm transferido a gestão do lote para o filho que tem aptidão ou que queira permanecer no assentamento. Já nos casos em que o lote não é transmitido para as responsabilidades dos filhos, a sucessão torna-se incerta.

No caso da variável tempo no meio rural, 82% dos entrevistados sempre foram deste meio, com média de 46,7 anos de vivência no campo. Pôde-se verificar que essa variável interfere na sucessão nessa localidade, pois o histórico do assentado com o campo contribui para sua permanência no meio rural.

Dos lotes visitados, 40% possuem financiamento para a produção. Em alguns casos, esse financiamento foi adquirido há muitos anos e os assentados continuam pagando a amortização. Esse benefício foi importante no processo sucessório do assentamento, pois, geralmente, pela realidade em que as famílias assentadas vivem, sem o financiamento seria difícil a realização das atividades agrícolas.

Analisando as entrevistas, percebeu-se que a renda tem grande influência na vida dos assentados e consequentemente para a sucessão. Os entrevistados afirmaram ser a renda o principal fator que faz com que o jovem fique ou não no campo. Informaram ainda que a baixa renda agrícola leva os jovens a buscarem melhores condições de vida fora do assentamento.

Com base nos resultados da pesquisa, considera-se que o tema sucessão é complexo e depende das condições de cada localidade, especialmente nos assentamentos em que as condições de vida dos indivíduos dependem inicialmente da ajuda do governo por meio da assistência rural. Posteriormente, os assentados seguem um processo de adaptação, principalmente daqueles que não trabalhavam no campo anteriormente.

No caso desta pesquisa, a decisão dos pais quanto à transmissão do patrimônio, o tempo em que este possui no meio rural, a utilização de financiamento para a produção, a transferência de posse de lote para um dos filhos como forma de definir a sucessão em vida e a renda com atividades agropecuárias determinam a sucessão no assentamento Capão Bonito I, em Sidrolândia (MS).

Este resultado responde ao questionamento sobre os fatores que influenciam a permanência ou a saída dos jovens do campo e como isto vem interferindo na sucessão, uma vez que os determinantes apresentados no parágrafo anterior implicam diretamente na intenção de sucessão no assentamento estudado. A aplicação do modelo Multinomial Logit é a contribuição maior deste trabalho por permitir analisar tais determinantes. Assim, esta pesquisa apresenta-se como oportunidade de estudo para outros pesquisadores.

Torna-se necessário que os gestores rurais e os órgãos governamentais dessem maior atenção para essas variáveis. A começar pela diminuição da burocracia a que estão condicionados a transferência do lote em vida para os filhos e a conscientização dos atuais responsáveis por estes lotes de que é preciso se discutir a sucessão em vida.

O fato de a pesquisa de campo ter coincidido com o período de campanhas de candidatos para a eleição municipal de 2012, a desconfiança contribuiu

para um comportamento pouco receptivo por parte de alguns assentados. Outros fatores limitantes da pesquisa se referem às dificuldades estruturais de transporte e comunicação, pois o assentamento Capão Bonito I não dispõe de opções de transporte e serviços de telefonia suficientes para atender às necessidades dos pesquisadores muito menos as de seus moradores.

Como implicações gerenciais, verificou-se a necessidade de mais incentivo para pesquisas em relação a este assunto no estado de Mato Grosso do Sul. Este estudo traz subsídios para a formulação de políticas públicas e para a conscientização dos assentados quanto à importância da preparação dos filhos para suceder os pais nas atividades agropecuárias dos lotes, sobretudo no seu gerenciamento. Há necessidade de conscientização dos jovens a respeito da sucessão e da implementação de mais projetos para que os jovens assentados tenham mais opções e permaneçam no campo, sendo tais projetos requisitados pelos próprios assentados.

Como sugestão para trabalhos futuros, é necessário aprofundar o estudo por meio do MNL em outras regiões do país, sobretudo testando o modelo com os jovens assentados ou até mesmo com a agricultura familiar tradicional. O fato de a hipótese de quanto maior o nível educacional, menor a escolha por sucessão não ter se confirmado pode ter sido afetado porque nesta pesquisa foram focados os responsáveis pelo lote e não os jovens potenciais sucessores, pois se eles fossem analisados, poderíamos ter alcançado resultados diferentes.

## 9 REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. et al. (Coord.). **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: UNESCO, 1998. 104 p.
- AHLERT, L. A sucessão das atividades na agricultura familiar. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 47., 2009, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: SOBER, 2009. p. 1-17.
- BOURDIEU, P. A juventude é apenas uma palavra. In: \_\_\_\_\_. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 112-121.
- BRAGA, L. M. **Assentamento Hipólito: realidade e perspectivas dos jovens assentados**. 2006. 113 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.
- BRASIL. **Lei nº 8.629**, de 25 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à Reforma Agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Base da Legislação Federal Brasileira. Brasília, 1993. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8629.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8629.htm)>. Acesso em: 1 jun. 2012.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul**. Brasília, 2006. 260 p. (Nead Debate, 9).
- BRESSAN, V. G. F. et al. Análise da alavancagem das empresas de capital aberto do agronegócio brasileiro: uma abordagem usando Logit Multinomial. **Revista de Economia e Agronegócio**, Viçosa, v. 6, n. 1, p. 51-80, jan./abr. 2008.
- BURTON, R. J. F.; WALFORD, N. Multiple succession and land division on family farms in the South East of England: a counterbalance to agricultural concentration? **Journal of Rural Studies**, Cornwall, v. 21, p. 335-347, 2005.
- BUTH, F. **As estratégias de reprodução no assentamento Ramada em Julio de Castilhos, RS**. 2005. 159 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.
- CARVALHO, V. R. F. Sucessão da atividade na pequena propriedade rural na perspectiva da família e de gênero. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 45., 2007, Londrina. **Anais...** Londrina: SOBER, 2007. p. 1-16.
- CASTRO, E. G. As Jovens rurais e a reprodução social das hierarquias: relações de gênero em assentamentos rurais. In: FERRANTE, V. L. S. B.; WHITAKER, D. C. A. (Org.). **Reforma agrária e desenvolvimento: desafios e rumo da política de assentamentos rurais**. Brasília: MDA; São Paulo: UNIARA, 2008. p. 112-130.
- CORDEIRO, M. S. S. Jovens na reforma agrária: perspectiva intergeracional e lógicas de sucessão no assentamento Novo Horizonte/Campos dos Goytacazes, RJ. **Revista IDEAS**, Rio de Janeiro, v. 3, p. 544-563, 2009. Número especial.

- COSTA, F. L. M.; RALISCH, R. A juventude rural do assentamento Florestan Fernandes no município de Florestópolis, PR. **RESR**, Piracicaba, v. 51, n. 3, p. 415-432, jul./set. 2013.
- COSTA JÚNIOR, H. P. **Estudo da participação e permanência dos jovens na agricultura familiar na localidade do Ancorado em Rosário da Limeira, MG**. 2007. 131 f. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Sustentabilidade) - Centro Universitário de Caratinga, Caratinga, 2007.
- CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. 248 p.
- CURIONI, A. S. **A configuração do êxodo rural no assentamento Santa Rosa II - Abelardo Luz, SC: uma análise em construção, 1986/2008**. 2009. 153 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.
- DALCIN, D.; TROIAN, A. Jovens no meio rural a dicotomia entre sair e permanecer: um estudo de caso. In: SEMINÁRIO NACIONAL SOCIOLOGIA E POLÍTICA, 1., 2009, Curitiba. **Anais...** Curitiba: UFPR, 2009. p. 1-20.
- DOTTO, F. **Fatores que influenciam a permanência dos jovens na agricultura familiar, no Estado de Mato Grosso do Sul**. 2011. 113 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2011.
- FERREIRA, B.; ALVES, F. Juventude rural: alguns impasses e sua importância para a agricultura familiar. In: CASTRO, J. A.; AQUINO, L. M. C.; ANDRADE, C. C. (Org.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009. p. 243-258.
- FONSECA, J. S.; MARTINS, G. A. **Curso de estatística**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1996. 320 p.
- GREENE, W. H. **Econometric analysis**. 5<sup>th</sup> ed. Upper Saddle River: Prentice-Hall, 2003. 723 p.
- GUANZIROLI, C. E. et al. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. 288 p.
- GUJARATI, D. N. **Econometria básica**. São Paulo: Makron Books, 2000. 845 p.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário de 2006**. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php?id\\_noticia=1466&id\\_pagina=1](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1466&id_pagina=1)>. Acesso em: 27 jan. 2012.
- \_\_\_\_\_. **IBGE Cidades**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=500790>>. Acesso em: 9 nov. 2014.
- INSTITUTO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA. **Projeto de assentamento Capão Bonito**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br>>. Acesso em: 24 mar. 2011.
- JOHNSTON, J.; DINARDO, J. **Métodos econométricos**. 4. ed. Lisboa: McGraw-Hill, 2001. 573 p.
- JUCHEM, D. M.; BOSCARIN, P.; CÉSPEDES, E. A. H. Principais problemas enfrentados na hora da sucessão na propriedade rural: evidências empíricas. In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO FEA-USP, 8., 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: SEMEAD, 2005. Disponível em: <[http://www.ead.fea.usp.br/Semead/8semead/resultado/an\\_resumo.asp?cod\\_trabalho=92](http://www.ead.fea.usp.br/Semead/8semead/resultado/an_resumo.asp?cod_trabalho=92)>. Acesso em: 21 dez. 2009.
- MELLO, M. A. et al. Sucessão hereditária e reprodução social da agricultura familiar. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 50, n. 1, p. 11-24, 2003.
- MENEZES, M.; MALAGODI, E. A.; MARQUES, F. R. S. Juventude e educação em assentamentos do brejo paraibano. In: FERRANTE, V. L. S. B.; WHITAKER, D. C. A. (Org.). **Reforma agrária e desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais**. Brasília: NEAD/MDA; São Paulo: UNIARA, 2008. p. 131-150.
- OLIVEIRA, D.; SCHNEIDER, S. O futuro das unidades familiares: uma análise das possibilidades de sucessão hereditária entre os agricultores ecologistas de Ipê (RS). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 47., 2009, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: SOBER, 2009. 1 CD-ROM.

- PETINARI, R. A. **Agricultura familiar em microbacias do noroeste do estado de São Paulo: estratégias de reprodução e organização.** 2007. 226 f. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.
- PETINARI, R. A.; TERESO, M. J. A.; BERGAMASCO, S. M. P. P. A importância da fruticultura para os agricultores familiares da região de Jales-SP. **Revista Brasileira de Fruticultura**, Jaboticabal, v. 30, n. 2, p. 356-360, jun. 2008.
- SANTANA, S. R. O. **Uso de geotecnologias para gestão de assentamentos de reforma agrária.** 2006. 92 p. Dissertação (Mestrado em Saneamento Ambiental e Recursos Hídricos) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2006.
- SANTOS, N. F. **Assentamento rural: juventude e trabalho.** 2007. 93 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007.
- SCHWARTZ, L. H.; SALAMONI, G. Organização e reprodução social da agricultura familiar entre descendentes de imigrantes pomeranos no município de São Lourenço do Sul, RS. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 19., 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ENGA, 2009. p. 1-23.
- SILVA, J. G. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** Campinas: UNICAMP, 1996. 217 p.
- SILVESTRO, M. L. et al. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar.** Florianópolis: EPAGRI; Brasília: NEAD/MDA, 2001. 120 p.
- SPANNEVELLO, R. M. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar.** 2008. 236 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 9. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- WEDIG, J. C.; WIZNIEWSKY, J. G.; RAMBO, A. G. A juventude rural e a sucessão hereditária em um assentamento de reforma agrária. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 45., 2007, Londrina. **Anais...** Londrina: SOBER, 2007. p. 1-11.